


...continuação		EDP Soluções em Energia S.A.					Notas explicativas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.												
		31/12/2017			31/12/2016							
		2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total geral	Total geral					
Responsabilidades com locações operacionais		98					98					
Obrigações de compra												
Materiais e serviços		16.205	12.938	444	666	30.253	40.305					
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos		792	1.017	264	666	2.073	1.018					
		17.095	13.955	708	666	32.424	41.323					
25.2 Garantias:												
Tipo de garantia		Modalidade					31/12/2017	31/12/2016				
Aval de acionista		Empréstimos e financiamentos					10.145	15.939				
Depósito Cauçionado		Outros						43				
Recebíveis		Empréstimos e financiamentos						9.441				
Notas promissórias		Empréstimos e financiamentos						9.440				
							10.145	34.863				
Conselho de Administração						Diretoria						
Carlos Emanuel Baptista Andrade Presidente		Carlos Eduardo de Almeida Bueno Fontoura Vice-Presidente		Andre Luis Nunes de Mello Almeida Conselheiro		Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor-Presidente		Aldemir Spohr Diretor		André Luís Nunes de Mello Almeida Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos		
										Renan Silva Sobral Gestor Contabilidade UND e UNC Contador - CRC 1SP 271964/O-6 "S" RS		
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras												
Aos Administradores e Acionistas												
EDP Soluções em Energia S.A.												
Opinião												
Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Soluções em Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.												
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Soluções em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).												
Base para opinião												
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.												
Outros assuntos												
Demonstração do Valor Adicionado												
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.												
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras												
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.												
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.												
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.												
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras												
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.												
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:												
<ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. 												
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.												
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.												
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.												
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.												
São Paulo, 27 de fevereiro de 2018												
 PricewaterhouseCoopers Audidores Independentes CRC 2SP000160/O-5												
Valdir Renato Coscodai Contador CRC 1SP165875/O-6												

GERAL

PASSAGEM

Comtu analisa hoje parecer de reajuste

Encontro está previsto para as 10h, na EPTC, e o valor da tarifa passaria de R\$ 4,05 para R\$ 4,50

O Conselho Municipal de Transportes Urbanos (Comtu) dará hoje o parecer sobre o reajuste da nova tarifa das passagens de ônibus da Capital. O encontro está previsto para se iniciar às 10h, no auditório da EPTC. O presidente do conselho, Jaires Maciel, diz que o processo foi analisado por todos os integrantes. No documento, está proposto o aumento de 11%, que elevaria o valor da passagem de R\$ 4,05 para R\$ 4,50. Também é analisado o corte de alguns benefícios, como a retomada da cobrança de 50% na segunda viagem de ônibus, isso faria com que em vez de R\$ 4,50 ficaria R\$ 4,30.

No parecer, a prefeitura solicitou ainda para que o Conselho analisasse projetos de lei enca-

minhados à Câmara de Vereadores. De acordo com o Executivo, caso sejam aprovados a passagem variaria entre R\$ 4,00 e R\$ 4,25. O Comtu poderá recomendar que os descontos sejam aplicados imediatamente após a aprovação no Legislativo. Já o Sindicato das Empresas de Ônibus de Porto Alegre (Seopa) solicitou à EPTC, em 16 de fevereiro, que a tarifa de ônibus passasse de R\$ 4,05 para R\$ 4,54 – alegando o aumento do preço do combustível e a redução do número de usuários.

De acordo com o prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, o aumento é legal e ocorre anualmente, no mês de fevereiro. Ele explicou que, enquanto vigorar a atual licitação, haverá o procedimento. "É feita uma análise do valor das passagens, quantos quilômetros são rodados, o número de linhas e custo disso. A partir daí se pega o custo das despesas, da tributação, para que todos esses serviços sejam entregues e divididos para os usuários pagantes", detalhou. Ele afirmou que o que o chefe do

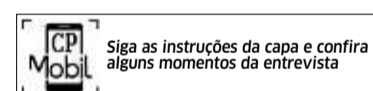


Prefeito Nelson Marchezan Júnior explicou ainda sobre mudanças no sistema

Executivo pode fazer é reorganizar as linhas da Capital, além disso, reavaliar as isenções. O critério de justiça deve ser levado em consideração, segundo Marchezan, que explicou que para que o valor final do bilhete possa ter uma redução é preciso fazer uma análise das gratuidades.

Conforme Marchezan, a expectativa para o futuro é de que não haja passagens pagas com dinheiros nos ônibus: "Quere-

mos que elas sejam com o cartão Tri ou em outro formato para melhorar a segurança do usuário e de quem trabalha com ele." A implantação das câmeras de segurança, com reconhecimento facial na bilhetagem para as gratuidades e os GPSs nos carros fazem parte das melhorias previstas. "Dessa maneira, o cidadão poderá saber que horas ele vai poder pegar seu veículo. Só vai descer, até a para-



da, alguns minutos antes. Para isso ele poderá acompanhar o andamento por um aplicativo de telefone e monitorar o número de coletivos a disposição", explicou.

Marchezan disse que o intuito era de que as ações entrassem em funcionamento até o fim do ano, porém a implantação avançará até o primeiro semestre de 2019. "Isso melhorará a fiscalização das fraudes, dará mais conforto e segurança." O prefeito também falou sobre as queixas da comunidade, sobre a falta de veículos novos, limpeza, falta de horário. "Aumentamos mais de 100% as multas nas empresas. Precisamos diminuir a gratuidade para que se viabilizem e consigam cumprir suas obrigações." Atualmente, a prefeitura primeiro multa, depois envia advertência e, em caso extremo, pode até pedir o cancelamento da licitação, o que até o momento não aconteceu.